



**ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**Relatório Mensal da Unidade de Controle Interno  
sobre as contas de Gestão**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT**

**Controlador Interno  
Lucas Pinheiro Sposito**

Novembro/2025



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

## Sumário

|   |          |
|---|----------|
| <b>Sumário</b>  | <b>2</b> |
| 1 Exame dos Atos de Gestão                            | 3        |
| 1.2 Alterações Orçamentarias                          | 4        |
| 1.3 Transferências Recebidas                          | 7        |
| Despesas  | 8        |
| Despesa Realizada X Despesa Paga (no mês de novembro) | 8        |
| 1.3.1 Despesa com Pessoal                             | 9        |
| 1.3.2 Encargos Previdenciários                        | 11       |
| 2 Subsídios dos Vereadores                            | 12       |
| 3 Restos a Pagar                                      | 14       |
| 4 Licitações e Contratos                              | 14       |
| 5 Gestão Patrimonial                                  | 15       |
| 6 Almoxarifado  | 16       |
| 7 Prestação de Contas                                 | 16       |
| 8 Transparência Pública                               | 17       |
| 9 Conclusão Preliminar                                | 17       |



## **ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Responsável Pelo Órgão

|                 |   |
|-----------------|---|
| <b>Nome:</b>    | <b>FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA</b>        |
| <b>Cargo:</b>   | Vereador Presidente da Câmara Municipal |
| <b>Período:</b> | 01.01.2025 a 31.12.2026                 |

|                 |                               |
|-----------------|-------------------------------|
| <b>Nome:</b>    | <b>LUCAS PINHEIRO SPOSITO</b> |
| <b>Cargo:</b>   | Controlador Interno           |
| <b>Período:</b> | Indefinido                    |

|                 |                                      |
|-----------------|--------------------------------------|
| <b>Nome:</b>    | <b>CLAUDIA MORAES YOSHIDA DALBEM</b> |
| <b>Cargo:</b>   | Contadora                            |
| <b>Período:</b> | Indefinido                           |

|                 |                                   |
|-----------------|-----------------------------------|
| <b>Nome:</b>    | <b>MARIA CÉLIA DA SILVA BORIN</b> |
| <b>Cargo:</b>   | Tesoureira                        |
| <b>Período:</b> | Indefinido                        |

### **1 Exame dos Atos de Gestão**

O Exame de Atos de Gestão constitui uma atividade essencial realizada pela Unidade de Controle Interno, visando assegurar a regularidade, eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos. Trata-se de um procedimento sistemático e detalhado, que envolve a verificação dos atos administrativos praticados pelos gestores, objetivando avaliar sua conformidade com as normas legais, técnicas e princípios constitucionais vigentes. Esse exame permite identificar eventuais falhas, prevenir irregularidades e garantir a correta execução das políticas públicas, contribuindo diretamente para a transparência e o aprimoramento da governança na administração pública.

Com base em elementos de conhecimento prévio sobre o órgão e os critérios de materialidade de recursos, relevância social e riscos associados ao fiscalizado foram selecionadas às seguintes áreas de gestão nas quais recaíram as análises da fiscalização.



## **ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

### **1.1 Lei Orçamentária Anual (LOA)**

A Lei Orçamentária lei nº 3.332, de 23 de dezembro de 2024, contém os programas e ações que estão previstos na lei nº 3.014, de 23 de dezembro de 2021-PPA.

Foi constatado que:

Programa 01 031 1001 – Atuação Legislativa, Administrativa e Fiscalizadora:

Projeto 01.031.1001.1001.0000 Const, Ampl, Ref e Adequações Da Sede Da Câmara Municipal R\$ 485.000,00;

Projeto 01.031.1001.1002.0000 Aquisição de Veículo R\$ 10.000,00

Projeto 01.031.1001.1003.0000 Realização de Concurso Público R\$ 5.000,00;

Atividade 01.031.1001.2001.0000 – Man e Enc c/as Atividades da Câmara Municipal R\$ 15.843.000,00;

Atividade 01.031.1001.2002.0000 – Capacitação de Servidores da Câmara Municipal R\$ 80.000,00;

Atividade 01.031.1001.2003.0000 – Man C/ As Ativ de Publicidade R\$ 200.000,00

Atividade 01.031.1001.2117.0000 – CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA À UNIÃO DAS Câmara de Mato Grosso R\$ 10.000,00

Total Orçado/LOA - R\$ 16.633.000,00

### **1.2 Alterações Orçamentarias**

O **Decreto nº 843** de 27/11/2025 transferiu conforme o anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025 da seguinte forma:

#### **ACRÉSCIMOS**

LOCAL: 01 PODER LEGISLATIVO



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

010101 CÂMARA MUNICIPAL

Ficha: 450    01.031.1001.1001.0000    ATUAÇÃO    LEGISLATIVA,  
ADMINISTR 300.000,00

4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

Ficha: 456    01.031.1001.2001.0000    ATUAÇÃO    LEGISLATIVA,  
ADMINISTR 70.000,00

4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

**TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 370.000,00**

**REDUÇÕES**

LOCAL: 01 PODER LEGISLATIVO

010101 CÂMARA MUNICIPAL

Ficha: 453    01.031.1001.2001.0000    ATUAÇÃO    LEGISLATIVA,  
ADMINISTR - 290.000,00

3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

Ficha: 459    01.031.1001.2001.0000    ATUAÇÃO    LEGISLATIVA,  
ADMINISTR - 80.000,00

3.1.91.00.00 APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE

**TOTAL DAS ANULAÇÕES -370.000,00**

O **Decreto nº 842**, de 27/11/2025 abriu o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R\$510.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

**01 01 01 CÂMARA MUNICIPAL**

454 01.031.1001.2001.0000 ATUAÇÃO    LEGISLATIVA,  
ADMINISTRATIVA E FISCALIZADORA 490.000,00



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. GRUPO: 1 500

**01 01 01 CÂMARA MUNICIPAL**

457 01.031.1001.2002.0000 ATUAÇÃO LEGISLATIVA,  
ADMINISTRATIVA E FISCALIZADORA 20.000,00

3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. GRUPO: 1 500

Para cumprimento do art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 foram parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

**01 01 01 CÂMARA MUNICIPAL**

453 01.031.1001.2001.0000 ATUAÇÃO LEGISLATIVA,  
ADMINISTRATIVA E FISCALIZADORA (510.000,00)

3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. GRUPO: 1500

O **Decreto nº 826** de 18/11/2025 abriu o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R\$105.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

**01 01 01 CÂMARA MUNICIPAL**

454 01.031.1001.2001.0000 ATUAÇÃO LEGISLATIVA,  
ADMINISTRATIVA E FISCALIZADORA 105.000,00

3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. GRUPO: 1 500

Para cumprimento do artigo art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 foram parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

**01 01 01 CÂMARA MUNICIPAL**

453 01.031.1001.2001.0000 ATUAÇÃO LEGISLATIVA,  
ADMINISTRATIVA E FISCALIZADORA (105.000,00)

3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. GRUPO: 1500



## ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

### 1.3 Transferências Recebidas

O repasse financeiro previsto na LOA – Lei Orçamentária Anual – foi estimada em R\$ 16.632.000,96 (Dezesseis milhões, seiscentos e trinta e dois mil reais e noventa e seis centavos) e Despesas Fixadas em igual valor.

| Mês/ano | Valor repasse    | Total repassado | Saldo para repasse |
|---------|------------------|-----------------|--------------------|
| 11/2025 | R\$ 1.386.083,33 | -               | -                  |

A Prefeitura Municipal de Cáceres transferiu a parcela mensal do duodécimo para o Poder Legislativo no montante de R\$ 1.386.083,33 efetivamente recebido pela Câmara.

Para as despesas mensais foram gastos R\$ 1.345.463,02, ou seja, houve um gasto financeiro inferior ao duodécimo no montante de R\$ 40.620,31 conforme balancete financeiro abaixo:

| BALANCETE FINANCEIRO DE NOVEMBRO DE 2025                |                     |                      |  |                     |                      |
|---|---------------------|----------------------|--|---------------------|----------------------|
| Despesa Paga  |                     |                      |  |                     |                      |
| RECEITA   | PERIODO             | TOTAL                | DESPESA                                    | PERIODO             | TOTAL                |
| <b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>                               | <b>1.660.463,32</b> | <b>18.198.461,83</b> | <b>ORÇAMENTÁRIA</b>                        | <b>1.345.463,02</b> | <b>13.318.563,94</b> |
| <b>DEVEDORES DIVERSOS</b>                               | <b>0,00</b>         | <b>197,18</b>        | <b>01 Legislativa</b>                      | <b>1.345.463,02</b> | <b>13.318.563,94</b> |
| 9101 DESCONTO POR RECONHECIMENTO DE DÍVIDA              |                     | 197,18               | <b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>                  | <b>168.530,08</b>   | <b>3.135.668,31</b>  |
| <b>CONSIGNACOES</b>                                     | <b>253.605,41</b>   | <b>2.804.197,11</b>  | <b>DEVEDORES DIVERSOS</b>                  | <b>0,00</b>         | <b>197,18</b>        |
| 9001 I.N.S.S  | 27.891,85           | 302.255,79           | 9101 DESCONTO POR RECONHECIMENTO DE DÍVIDA |                     | 197,18               |
| 9034 I.N.S.S. 13º SALARIO                               | 593,00              | 3.180,74             | <b>RESTOS A PAGAR PROCE</b>                | <b>0,00</b>         | <b>460.219,36</b>    |
| 9038 PREVI-CACERES                                      | 35.354,35           | 413.551,79           | 8001 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS            |                     | 116.136,62           |
| 9040 I.R.R.F. - SERVIDORES                              | 93.392,26           | 1.034.958,81         | 8002 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS        |                     | 344.082,74           |
| 9043 CONVENIO CAIXA ECONOMICA FEDERAL                   | 81.882,02           | 883.126,48           | <b>CONSIGNACOES</b>                        | <b>166.649,04</b>   | <b>2.670.692,90</b>  |
| 9049 CONVENIO UNIMED                                    | 5.860,85            | 71.258,38            | 9001 I.N.S.S                               | 28.438,22           | 302.085,40           |
| 9063 MT PREVI   | 991,87              | 9.918,71             | 9034 I.N.S.S. 13º SALARIO                  | 93,76               | 18.568,05            |
| 9081 CONSIGNAÇÃO SICREDI                                | 6.591,72            | 66.383,67            | 9038 PREVI-CACERES                         | 36.030,25           | 448.771,40           |
| 9096 I.R.R.F. - PESSOA JURÍDICA E FÍSICA                | 440,29              | 11.566,90            | 9040 I.R.R.F. - SERVIDORES                 | 93.231,86           | 941.661,16           |
| 9097 PENSÃO ALIMENTÍCIA - J.S.N                         | 607,20              | 6.679,20             | 9043 CONVENIO CAIXA ECONOMICA FEDERAL      |                     | 801.244,46           |
| 9100 SALÁRIO MATERNIDADE RGPS                           |                     | 1.316,64             | 9049 CONVENIO UNIMED                       | 5.860,85            | 71.258,38            |
| <b>CREDORES DIVERSOS</b>                                | <b>20.774,58</b>    | <b>147.150,91</b>    | 9063 MT PREVI                              | 991,87              | 8.926,84             |
| 9041 I.S.S.Q.N. NA FONTE                                | 14,40               | 4.562,27             | 9081 CONSIGNAÇÃO SICREDI                   |                     | 59.791,95            |
| 9099 RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA                 | 20.760,18           | 142.588,64           | 9096 I.R.R.F. - PESSOA JURÍDICA E FÍSICA   | 815,58              | 11.126,61            |
| <b>TRANSFERÊNCIAS FINAN</b>                             | <b>1.386.083,33</b> | <b>15.246.916,63</b> | 9097 PENSÃO ALIMENTÍCIA - J.S.N            | 607,20              | 6.679,20             |
| 7000 REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERE | 1.386.083,33        | 15.246.916,63        | 9100 SALÁRIO MATERNIDADE RGPS              | 579,45              | 579,45               |
| <b>Total -&gt;</b>                                      | <b>1.660.463,32</b> | <b>18.198.461,83</b> | <b>CREDORES DIVERSOS</b>                   | <b>1.881,04</b>     | <b>4.558,87</b>      |
| <b>=&gt; SALDO ANTERIOR</b>                             | <b>2.196.361,93</b> | <b>598.602,57</b>    | 9041 I.S.S.Q.N. NA FONTE                   | 1.881,04            | 4.558,87             |
| BANCO CONTA MOVIMENTO                                   | 2.196.361,93        | 598.602,57           | <b>Total -&gt;</b>                         | <b>1.513.993,10</b> | <b>16.454.232,25</b> |
| <b>Total SALDO ANTERIOR</b>                             | <b>2.196.361,93</b> | <b>598.602,57</b>    | <b>SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE</b>          | <b>2.342.832,15</b> | <b>2.342.832,15</b>  |
| <b>TOTAL DA RECEITA</b>                                 | <b>3.856.825,25</b> | <b>18.797.064,40</b> | BANCO CONTA MOVIMENTO                      | 2.342.832,15        | 2.342.832,15         |
|   |                     |                      | <b>Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE</b>    | <b>2.342.832,15</b> | <b>2.342.832,15</b>  |
|   |                     |                      | <b>TOTAL DA DESPESA</b>                    | <b>3.856.825,25</b> | <b>18.797.064,40</b> |

Os recursos recebidos pelo Poder Legislativo, através de repasses financeiros efetuados pelo poder executivo foram movimentados na seguinte conta bancária:



## ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

- Banco: 104-Caixa Econômica Federal
- Agência:0870-0
- Conta Corrente: 06000056-6

A posição financeira do Poder Legislativo apresentava os seguintes saldos em 30/11/2025:

- Saldo em Bancos pela Razão Contábil e Conciliação Bancária: R\$ 2.342.832,15 (Dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e quinze centavos.).
- Apresentamos a seguir a programação financeira e o desembolso (realizado) no mês de novembro de 2025.

| Mês      | Saldo Anterior | Receita Orçamentária | Receita Extraorçamentária | Despesa Orçamentária | Despesa Extraorçamentária | Saldo Banco Conciliado |
|----------|----------------|----------------------|---------------------------|----------------------|---------------------------|------------------------|
| novembro | 2.196.361,93   | 1.386.083,33         | 274.379,99                | 1.345.463,02         | 168.530,08                | 2.342.832,15           |

Não foi possível aplicar a técnica de circularização para fins de verificação de conformidade entre o saldo financeiro registrado e os saldos das contas bancárias da Câmara Municipal, uma vez que, conforme informado, o sistema do banco não estava disponibilizando/gerando o relatório de posição (saldo) dos fundos de investimento referente ao dia 30 de novembro, documento indispensável para a validação do montante nessa data-base.

### Despesas

O total da **despesa orçamentária empenhada** do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores no mês de novembro foi de R\$ 1.163.519,62, destas, foram liquidadas o montante de R\$ 1.157.551,74 e pagas o valor total de R\$ 1.157.551,74.

Assim, demonstra-se o total da despesa orçamentaria empenhada realizada pelo Poder Legislativo de Cáceres/MT:

### Despesa Realizada X Despesa Paga (no mês de novembro)

| Despesa Empenhada R\$ | Liquidada R\$ | Despesa Paga R\$ | Despesa a Pagar R\$ |
|-----------------------|---------------|------------------|---------------------|
| 1.163.519,62          | 1.157.551,74  | 1.157.551,74     | 4.974,86            |





## **ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

|  |            |
|--|------------|
| Total de despesas a pagar até novembro (dívida de curto prazo) | 889.501,25 |
|--|------------|

Fonte: Relatório de listagem de empenhos do mês de novembro de 2025

### **1.3.1 Despesa com Pessoal**

A folha de pagamento na administração pública é um elemento crucial para a gestão eficiente dos recursos humanos e financeiros. Ela consiste no registro de todos os pagamentos devidos aos funcionários públicos, incluindo salários, benefícios e encargos sociais. A correta administração da folha de pagamento é essencial não apenas para garantir a remuneração justa dos servidores, mas também para assegurar a aderência às normativas fiscais e legais que regem o setor público.

No contexto da administração pública, o sistema de controle interno sobre a folha de pagamento assume uma importância significativa. Este sistema de controle visa assegurar que todos os pagamentos realizados estejam em conformidade com as leis vigentes, evitando desvios e fraudes através de rotinas pré-estabelecidas em Instruções Normativas. O controle interno efetivo ajuda a prevenir erros que podem resultar em sanções legais ou administrativas para os gestores públicos e contribui para uma gestão transparente e responsável dos recursos públicos.

Um aspecto crucial na gestão da folha de pagamento no setor público é a observância aos limites fiscais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF determina limites para a despesa total com pessoal, que não deve exceder determinados percentuais da receita corrente líquida do ente público. Esses limites são essenciais para manter a saúde financeira das entidades governamentais e assegurar que não haja comprometimento excessivo de recursos com despesas de pessoal em detrimento de outras áreas vitais para a sociedade.

Especificamente para as Câmaras Municipais, o Artigo 29-A da Constituição Federal de 1988 impõe limites específicos às suas despesas com folha de pagamento. Segundo este artigo, os gastos totais do legislativo municipal, incluindo os subsídios dos vereadores e excluídas as despesas de capital, não podem ultrapassar uma porcentagem da receita do município. Esses limites variam de acordo com o número de habitantes do município e



## **ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

representam uma ferramenta fundamental para evitar o excesso de gastos com pessoal nos legislativos municipais.

A observância a esses limites requer um planejamento orçamentário cuidadoso e uma monitoria constante das despesas. As administrações públicas devem implementar sistemas de controle que permitam a avaliação contínua dos gastos com pessoal em relação à receita corrente líquida. A utilização de softwares de gestão integrada é uma prática recomendada, pois permite uma visão clara e atualizada da situação fiscal do ente público, facilitando o cumprimento dos limites estabelecidos pela lei.

Além do controle quantitativo, é fundamental que a administração pública invista em capacitação e conscientização dos seus gestores e funcionários responsáveis pela folha de pagamento. Estes profissionais devem estar plenamente informados sobre as normas legais e fiscais, incluindo as especificidades do Artigo 29-A da CF/88, para que possam executar suas funções de maneira eficaz e dentro da legalidade.

A transparência também é um elemento chave no controle da folha de pagamento no setor público. A disponibilização de informações sobre os gastos com pessoal, acessíveis ao público em geral, não apenas atende às exigências legais, mas também promove uma cultura de responsabilidade e prestação de contas por parte dos gestores públicos. A sociedade civil, equipada com informações claras e precisas, pode exercer um papel ativo na fiscalização dos gastos públicos, contribuindo para a melhoria da gestão fiscal.

Em resumo, a folha de pagamento na administração pública, quando gerida de forma eficiente e transparente, reflete o compromisso do governo com a responsabilidade fiscal e a legalidade. A observância aos limites impostos pela LRF e pelo Artigo 29-A da CF/88 é fundamental para assegurar a sustentabilidade financeira das entidades públicas e promover uma gestão pública eficaz e alinhada com os interesses da população.

### **Despesas com Folha de Pagamento**

A Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, introduziu um limite de gastos para as Câmaras Municipais com folha de pagamento:



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Artigo 2º, §1º: A partir de janeiro de 2001, as Câmaras Municipais não podem gastar mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo o subsídio dos vereadores.

Essa regulamentação visa promover a responsabilidade fiscal e o uso eficiente dos recursos públicos nas administrações municipais.

Tabela de Gastos Com Pessoal no mês de novembro de 2025

| Mês      | Repasse (R\$) | 70% (R\$)  | Enc. Patronais (R\$) | Gastos com folha de pagamento                           |             | Saldo (R\$)   |
|----------|---------------|------------|----------------------|---|-------------|---------------|
|          |               |            |                      | Subsídios (Vereadores) + Vencimentos (Servidores) (R\$) | Total (R\$) |               |
| Novembro | 1.386.083,33  | 970.258,33 | 75.138,88            | 760.230,66  | 835.369,54  | (+)134.888,79 |

| LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO PODER LEGISLATIVO<br>ATÉ NOVEMBRO DE 2025         |               |
|---|---------------|
| Total dos recursos recebidos pela Câmara no Exercício (A)                         | 15.246.916,63 |
| Valor total da folha de pagamento no exercício (incluindo encargos patronais) (B) | 9.672.505,58  |
| Percentual aplicado com folha de pagamento da Câmara (B/A)                        | 63,44%        |
| Percentual máximo permitido   | 70%           |

### 1.3.2 Encargos Previdenciários

A Câmara de Vereadores deve mensalmente repassar ao RGPS e ao RPPS as contribuições previdenciárias a que se refere as alíneas “a” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212/1991.

**COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS REPASSADAS AO INSTITUTO  
NACIONAL DO SEGURO SOCIAL NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025 –  
RGPS.**

| Mês      | INSS Retido/Patronal |           | INSS Terceiros | Valor Total |
|----------|----------------------|-----------|----------------|-------------|
|          | Retido               | Patronal  |                |             |
| Novembro | 28.484,85            | 39.784,53 | 0.00           | 68.269,38   |



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS REPASSADAS AO INSTITUTO DE  
PREVIDÊNCIA MUNICIPAL NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025 – RPPS.**

| Mês      | Previ Retido | Previ Patronal | Valor Total |
|----------|--------------|----------------|-------------|
| Novembro | 35.354,35    | 35.354,35      | 70.708,70   |

**COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS REPASSADAS AO INSTITUTO DE  
PREVIDÊNCIA ESTADUAL NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025 – RPPS.**

| Mês      | Previ Retido | Previ Patronal | Valor Total |
|----------|--------------|----------------|-------------|
| Novembro | 991,87       | 1.983,74       | 2.975,61    |

## **2 Subsídios dos Vereadores**

No exercício de 2024, houve uma revisão geral anual conforme a lei complementar nº 220 de 19 de janeiro de 2024, na proporção de 3,71% no subsídio dos vereadores.

Para o exercício em exame, estabeleceu-se o valor mensal de R\$ 13.909,80 para os vereadores e para o presidente.

| Cargo   | Subsídio       |
|---|----------------|
| Presidente da Câmara (Lei 3.335/2024)   | 13.909,80      |
| Demais Vereadores (Lei 3.335/2024)  | 13.909,80      |
| Prefeito Municipal (Lei 3.335/2024)   | 30.000,00      |
| Deputado Estadual (conforme FP consultado)  | 34.774,64      |
| Subsídio dos Vereadores X subsídio do Deputado Estadual   | 40,00%         |
| % máximo do subsídio do Vereador em relação ao subsídio do Deputado Estadual (alínea c do artigo 29, inciso VI da Constituição Federal) | 40%            |
| População Estimada de Cáceres – IBGE  | 89.478 hab.    |
| <b>Situação</b>   | <b>Regular</b> |

Com objetivo de avaliar se o subsídio dos vereadores está de acordo com a legislação pertinente, apresentam-se os seguintes achados de fiscalização:



## ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

- O subsídio dos Vereadores obedeceu ao limite máximo estabelecido em relação ao subsídio dos Deputados Estaduais, estando em conformidade com o disposto pelo artigo 29, inciso VI, alínea “c” da Constituição Estadual, assim como obedeceu ao valor pago para o Prefeito Municipal, estando de acordo com o artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Quanto ao atendimento do disposto pelo artigo 29, inciso VII da Constituição Federal, em relação ao percentual máximo sobre a receita do município de gasto com a remuneração dos Vereadores, tem-se a demonstrar a seguinte projeção baseado em valores médios mensais onde consideramos o pagamento de 12 meses de remuneração mais o 13º salário e férias:

| Mês de Competência                                | Total Gasto com Vereadores |
|---|----------------------------|
| Janeiro   | 231.830,00                 |
| Fevereiro   | 231.830,00                 |
| Março   | 231.830,00                 |
| Abril   | 231.830,00                 |
| Maio  | 231.830,00                 |
| Junho   | 231.830,00                 |
| Julho   | 231.830,00                 |
| Agosto  | 231.830,00                 |
| Setembro  | 231.830,00                 |
| Outubro   | 231.830,00                 |
| Novembro  | 231.830,00                 |
| Dezembro  | 231.830,00                 |
| <b>Total Gasto com Remuneração dos Vereadores</b> | <b>2.781.960,00</b>        |

Fonte: Folha de Pagamento dos Vereadores

|  |                     |
|--|---------------------|
| <b>Total Gastos com remuneração dos Vereadores</b> | <b>2.781.960,00</b> |
| <b>Receita do Município (Valor Líquido)</b>        | 442.351.280,77      |
| <b>Percentual sobre a receita</b>                  | <b>0,62%</b>        |
| <b>Limite Máximo Permitido (5%)</b>                | 22.117.564,00       |



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

|                 |                |
|-----------------|----------------|
| <b>Situação</b> | <b>REGULAR</b> |
|-----------------|----------------|

Fonte: RGF 2º quadrimestre de 2025 e Folha de Pagamento dos Vereadores

Conforme demonstrativos, observa-se que o total gasto com a remuneração dos Vereadores projetada em 2024, obedecerá ao limite máximo permitido sobre a receita líquida do município conforme RGF do 2º quadrimestre de 2025 (R\$ 442.351.280,77), correspondendo a 0,62%, estando em conformidade com o disposto pelo artigo 29, inciso VII da Constituição Federal.

Esta estimativa será atualizada a cada quadrimestre.

### 3 Restos a Pagar


A despesa empenhada em 2024 não foi totalmente paga e liquidada dentro do exercício financeiro. Portanto, houve despesa inscrita em restos a pagar processados e não processados no total de R\$ 485.548,87.

O valor inscrito em Restos a Pagar Não Processados no exercício de 2024 foi no valor de R\$ 369.353,09 e o valor inscrito como Restos a Pagar Processados totalizaram R\$ 116.195,78.

No mês de novembro, não houve restos a pagar de acordo com o balancete financeiro.

#### RESTOS A PAGAR PROCE

8001 RESTOS À PAGAR PROCESSADOS  
8002 RESTOS À PAGAR NÃO PROCESSADOS

0,00  460.219,36  
116.136,62  
344.082,74

### 4 Licitações e Contratos

No mês de novembro do corrente ano foram realizadas 06 (seis) análises de conformidade em processos de contratação direta.

| Nº Parecer       | Objeto   | Modalidade      | Valor R\$    |
|------------------|--|-----------------|--------------|
| Parecer nº 064   | Pacote de serviços de Correspondência (Carta, e-Carta, Telegrama e Malote) (...) | Inexigibilidade | R\$ 6.000,00 |
| Parecer nº 064-A | Curso legislativo 4.0 – documentos oficiais com apoio da inteligência artificial | Inexigibilidade | 1.899,00     |



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

|                |   |                 |          |
|----------------|---|-----------------|----------|
| Parecer nº 065 | Seminário avançado, Gestão e Fiscalização de Serviços Continuados com e sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra   | Inexigibilidade | 9,780,00 |
| Parecer nº 066 | Curso sobre o fim da dirf x sistemas do esocial, efd-reinf e dctfweb – adequações na administração pública  | Inexigibilidade | 4.300,00 |
| Parecer nº 067 | Congresso - UVB 61 anos de Gestores e Legislativos Municipais em Brasília/DF  | Inexigibilidade | 1.794,00 |
| Parecer nº 070 | Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de revisão periódica de 70.000 quilômetros do veículo Pajero Sport HPE-S, Placa SPI9A91, atendendo a necessidade da Câmara Municipal de Cáceres-MT | Inexigibilidade | 4.744,02 |

A Câmara Municipal de Cáceres/MT no mês de novembro não realizou processos licitatórios pela modalidade pregão eletrônico e não realizou adesão à ata de Registro de Preços.

| Nº da Adesão | Objeto | Valor |
|--------------|--------|-------|
| -            | -      | -     |

Conforme a Portaria nº 135/2025 de 09 de maio de 2025, a equipe de pregão da Câmara de Vereadores de Cáceres, para o exercício de 2025, tem a seguinte composição:

- Pregoeiro: Charles Finney Dalbem Barbosa
- Equipe de apoio: Viviane Cristina Matias Pereira
- Equipe de apoio: Elvis da Silva Soares

## **5 Gestão Patrimonial**

No mês de novembro, foram adquiridos bens móveis conforme relatório:

| Data       | nº Patrimônio | Descrição dos Bens                               | Valor unit (R\$) |
|------------|---------------|--|------------------|
| 10/11/2025 | 101390        | GATEWAY DREAM MACHINE PRO UBIQUITI, UDM-PRO      | 3.648,00         |
| 10/11/2025 | 101391        | TABLET SAMSUNG TAB S9FE SM-X510 10.9" WIFI 128GB | 2.745,00         |
| 10/11/2025 | 101392        | TABLET SAMSUNG TAB S9FE SM-X510 10.9" WIFI 128GB | 2.745,00         |
| 10/11/2025 | 101393        | TABLET SAMSUNG TAB S9FE SM-X510 10.9" WIFI 128GB | 2.745,00         |
| 10/11/2025 | 101394        | TABLET SAMSUNG TAB S9FE SM-X510 10.9" WIFI 128GB | 2.745,00         |



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

|            |        |  |          |
|------------|--------|--|----------|
| 10/11/2025 | 101395 | TABLET SAMSUNG TAB S9FE SM-X510 10.9" WIFI 128GB | 2.745,00 |
| 10/11/2025 | 101396 | TABLET SAMSUNG TAB S9FE SM-X510 10.9" WIFI 128GB | 2.745,00 |
| 10/11/2025 | 101397 | TABLET SAMSUNG TAB S9FE SM-X510 10.9" WIFI 128GB | 2.745,00 |

Os bens adquiridos serão conferidos em auditoria específica conforme o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2025.

A Câmara Municipal possui sistema informatizado para o registro e controle de movimentação de seus bens móveis e imóveis, em que o bem é cadastrado com suas características identificadoras e com os dados da aquisição.

Foram ainda objeto de análise três veículos pertencentes ao patrimônio da Câmara, conforme quadro abaixo:

| <b>Veículo</b> | <b>Marca</b> | <b>Placa</b> | <b>Ano/Modelo</b> |
|----------------|--------------|--------------|-------------------|
| CG-160 Cargo   | Honda        | QCF-0358     | 2019/2019         |
| Fastback       | Fiat         | SPU9F75      | 2024/2025         |
| Pajero         | Mitsubishi   | SPI9A91      | 2023/2024         |

Constatou-se que a Câmara possui controle de manutenção e gastos com combustíveis dos veículos, mas **no mês de novembro não foi divulgado no portal transparência o custo com frotas.**

## **6 Almoxarifado**

### **RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUE**

Em anexo a este relatório

## **7 Prestação de Contas**

Encaminhamento ao sistema APLIC da Câmara Municipal de Cáceres conforme tabela abaixo:

| <b>Peças de Planejamento</b> | <b>Prazo Regimental</b> | <b>Prazo Prorrogado</b> | <b>Situação</b> |
|------------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------|
|------------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------|

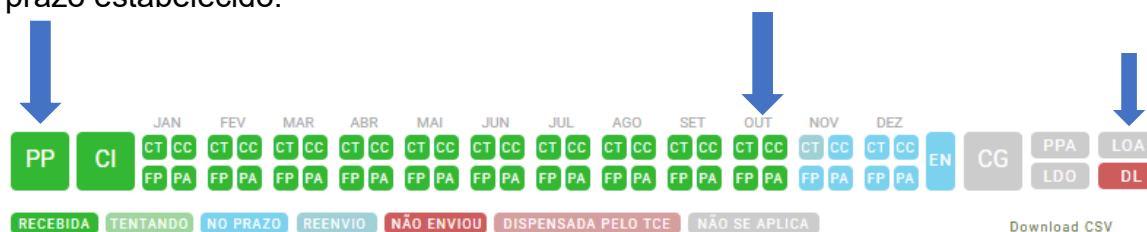




## ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

|                                     |            |   |          |
|-------------------------------------|------------|---|----------|
| Folha de Pagamento (agosto)         | 31/10/2025 | - | NO PRAZO |
| Patrimonios Administrativo (agosto) | 31/10/2025 | - | NO PRAZO |
| Contratos e Convênios (agosto)      | 31/10/2025 | - | NO PRAZO |
| Contabilidade Pública (setembro)    | 31/10/2025 | - | NO PRAZO |

Pelo demonstrativo acima, observa-se que a Câmara de Cáceres não possui pendências na sua prestação de contas do exercício de 2025 dentro do prazo estabelecido.



Deve-se acompanhar e buscar resolver a pendência quanto ao envio do Decreto Legislativo de aprovação das Contas do Poder Executivo Municipal.

### 8 Transparência Pública

Foi finalizada a auditoria no Portal transparência da Câmara Municipal de Cáceres através do sistema “Avalia” elaborado pela Atricon e nessa oportunidade verificamos a aderência de 100% do portal transparência glosando com os requisitos da Atricon.

### 9 Conclusão Preliminar

Encaminhe-se este Relatório ao Presidente da Câmara Municipal para conhecimento e providências que julgar necessárias.

Cáceres/MT, 06 de janeiro de 2026

Lucas Pinheiro Sposito  
Controlador Geral Legislativo